

Informativo FJP

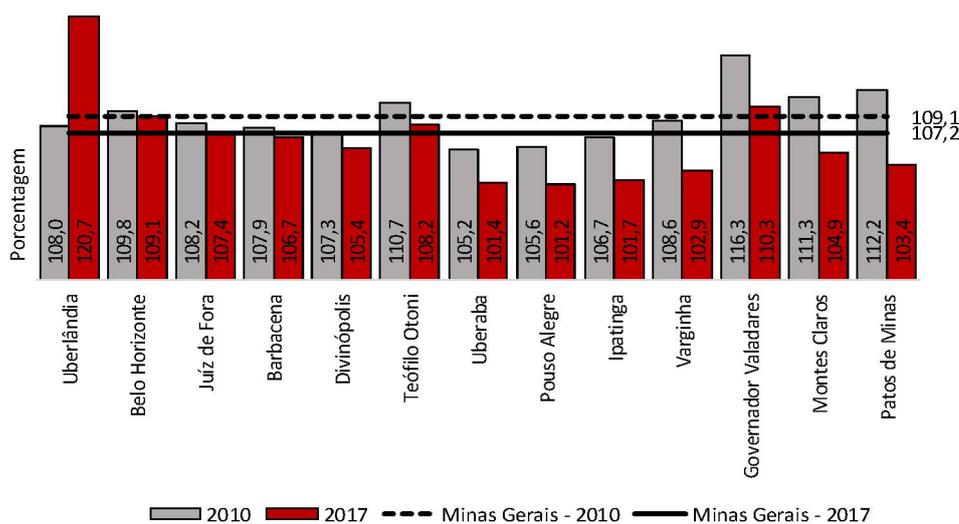
Finanças Públicas

Despesas Municipais

Nº 02/2019

Os governos desempenham uma série de atividades voltadas à provisão de bens e serviços à sociedade, detalhadas no orçamento público na forma de despesas. Esse é o foco do presente Informativo: apresentar, de forma resumida, como os governos locais estão alocando seus recursos financeiros segundo os dispêndios realizados para o funcionamento e a manutenção dos serviços públicos. Nesse sentido, a análise se concentra na classificação por categoria econômica e seu detalhamento. A primeira categoria é a despesa corrente, que corresponde aos gastos relacionados à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos em geral, como pessoal e seus encargos sociais, juros e encargos da dívida e outras despesas correntes. Essas englobam as despesas de material de consumo, conservação de equipamentos que não implique em relevante alteração nas características funcionais, diárias de viagens, suporte de infraestrutura, entre outras. A segunda categoria, despesa de capital, corresponde às despesas que produzem ou geram novos bens e serviços públicos de forma a contribuir para formação ou aquisição de um bem de capital.

Gráfico 1: Despesa realizada em relação à Receita Corrente Líquida segundo RGINT – 2010-2017 (%)



Fonte: FJP; elaboração própria.

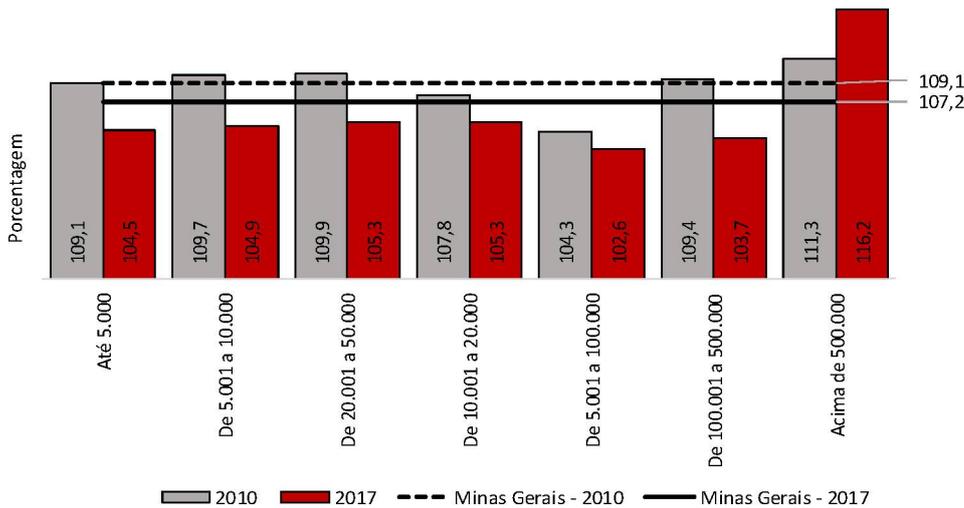
Assim como no Informativo anterior sobre Receitas Municipais, as análises aqui realizadas são agrupadas por Região Geográfica Intermediária – RGINT.

Uma das formas de análise dos indicadores consiste na utilização da Receita Corrente Líquida (RCL)¹ como balizador. Essa análise busca demonstrar como as atividades desempenhadas pelos municípios são financiadas pelas principais receitas públicas.

O Gráfico 1 mostra a relação entre a despesa realizada e a RCL. No agregado estadual observa-se decréscimo entre 2010 e 2017 (1,9 p.p.). Contudo, em ambos os anos, os municípios necessitaram de outras fontes de financiamento para suprir suas atividades, uma vez que o indicador revela que as despesas superaram a RCL em 9,1% em 2010, e 7,2% em 2017.

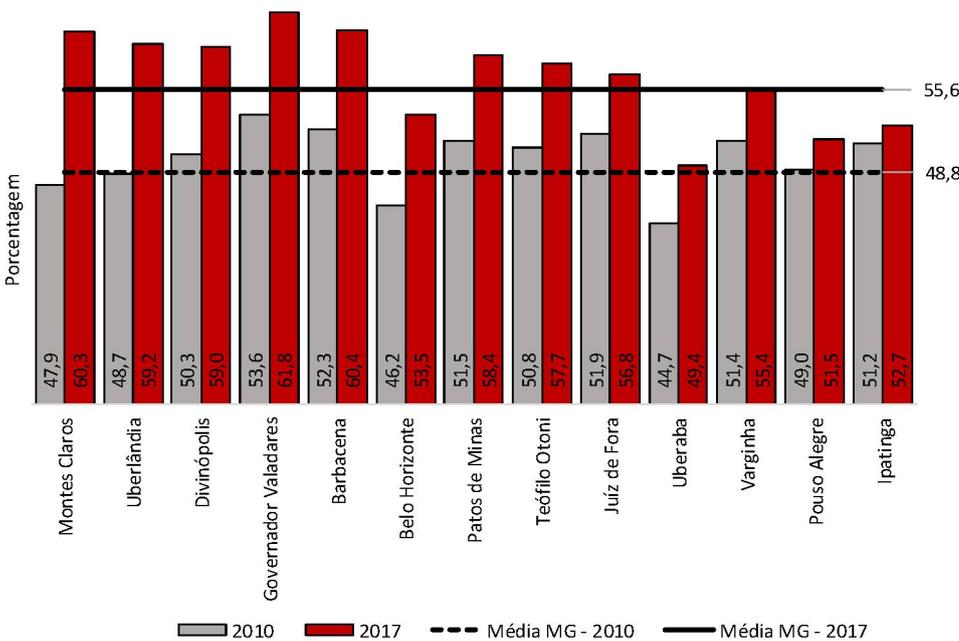
1 A Receita Corrente Líquida (RCL) corresponde ao somatório das receitas correntes (receita tributária e transferências) deduzidas as transferências legais e as contribuições para a previdência dos servidores públicos.

Gráfico 2: Despesa realizada em relação à Receita Corrente Líquida segundo porte populacional – 2010-2017 (%)



Fonte: FJP; elaboração própria.

Gráfico 3: Despesa de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida segundo RGINT – 2010-2017 (%)



Fonte: FJP; elaboração própria.

Do ponto de vista regional, apenas a RGINT Uberlândia apresentou variação positiva (12,7 p.p.). As regiões de Patos de Minas, Montes Claros e Governador Valadares apresentaram os decréscimos mais significativos (-8,8 p.p., -6,4 p.p. e -6,0 p.p., respectivamente).

Outro recorte possível para a análise dos indicadores é o porte populacional dos municípios. Sob esse enfoque, somente o grupo de municípios com mais de 500 mil habitantes apresentou acréscimo na relação entre despesa realizada e RCL (Gráfico 2).

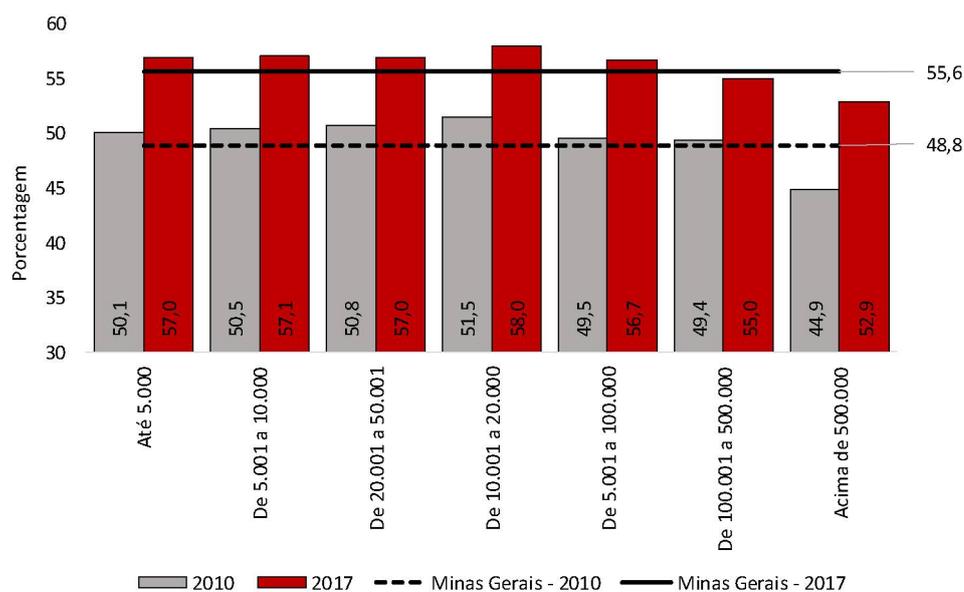
Na composição da estrutura de despesas públicas municipais, a rubrica Pessoal e Encargos Sociais geralmente representa o maior volume de dispêndios.

O Gráfico 3 mostra o indicador de gasto com pessoal definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que deve ser acompanhado por todos os entes federados. Ele é apurado pela relação entre despesas com pessoal e RCL, que não deve ultrapassar o patamar de 60%. Nota-se o aumento dessa relação em todas as RGINT entre 2010 e 2017, aproximando-se do teto estabelecido legalmente. No agregado estadual, a variação positiva foi de 6,8 pontos percentuais. Várias podem ser as causas desse fato, dentre elas:

- (i) o peso que o salário mínimo tem na folha de pagamento do funcionalismo público e seu crescimento acima da inflação; (ii) o crescimento vegetativo da folha com a concessão dos direitos de promoção e progressão; e (iii) o crescimento do funcionalismo, por questões de aplicação dos serviços prestados à população, ou por indicação política, além do crescimento do número de aposentados e pensionistas. Essas hipóteses podem variar de município para município e necessitam de investigação mais elaborada para serem aceitas ou refutadas.

Enquanto as RGINT Montes Claros, Uberlândia e Divinópolis registraram os maiores incrementos na relação despesa de pessoal/RCL, Ipatinga, Pouso Alegre e Varginha apresentaram as menores variações. A queda no percentual do gasto com pessoal é reflexo de eventuais reduções no quadro de pessoal e/ou de crescimento na RCL, como já dito anteriormente. No período em análise, o aumento da RCL foi mais que compensado pelo incremento na despesa com pessoal, em todas as RGINT.

Gráfico 4: Despesa de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida segundo porte populacional – 2010-2017 (%)

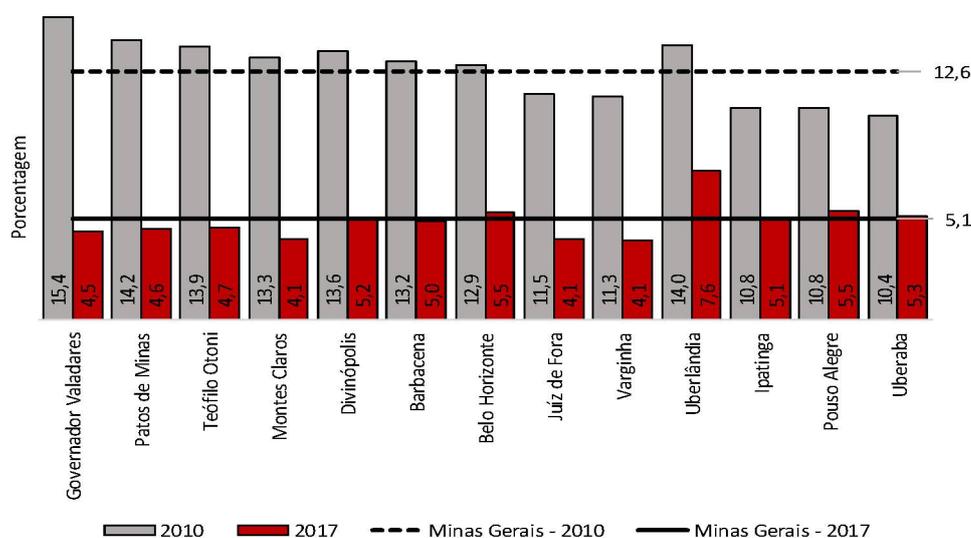


Fonte: FJP; elaboração própria.

O Gráfico 4 mostra que os municípios de maior porte (acima de 500.000 habitantes) registraram os maiores incrementos na relação entre gastos com pessoal e RCL (8 p.p.) no período analisado, situando-se os demais entre 6,2 e 7,2 p.p..

No cenário da crise econômica brasileira recente, a busca do equilíbrio fiscal pelos municípios tem sido um desafio que envolve medidas de austeridade com as despesas públicas. Como determinados tipos de gastos são de difícil contenção (como pessoal, por exemplo), o ajuste tem se dado através do contingenciamento dos investimentos.

Gráfico 5: Despesa de investimentos em relação à Receita Corrente Líquida segundo RGINT – 2010-2017 (%)



Fonte: FJP; elaboração própria.

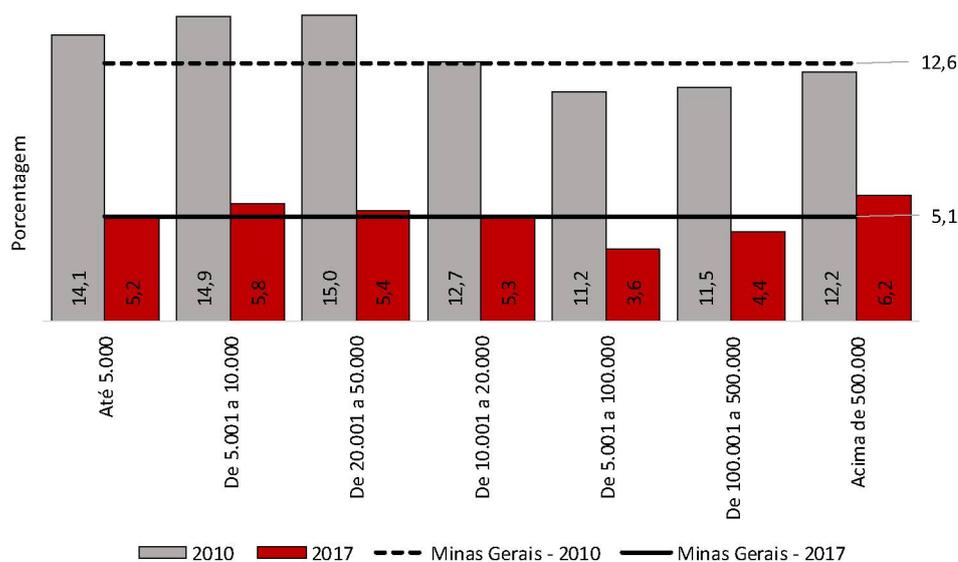
O indicador de investimento balizado pela RCL não consta na legislação. No entanto, essa relação pode ser considerada bom parâmetro para verificar com qual parcela das receitas que efetivamente os entes federados podem contar, por considerá-la como a retaguarda financeira para os governos. Toledo Jr² justifica a escolha da RCL como denominador indexado atribuindo-lhe três vantagens: (i) é majoritária na arrecadação; (ii) apresenta-se de modo habitual, frequente e regular; e (iii) descarta duplicidade de contagem nos balanços das entidades do mesmo nível de governo.

Os resultados apresentados no Gráfico 5 corroboram com a hipótese levantada, mostrando que, em média, entre 2010 e 2017, houve expressiva queda nos investimentos municipais em Minas Gerais (-7,5 p.p.).

A RGINT Governador Valadares apresentou o maior recuo (-10,9 p.p.), seguida pelas de Patos de Minas e Teófilo Otoni (-9,6 p.p. e -9,2 p.p., respectivamente).

² JUNIOR, Flavio Corrêa de Toledo. A vital apuração da receita corrente líquida. O padrão que baliza os limites da despesa de pessoal e dívida pública e o pagamento de precatórios judiciais e parcelamentos previdenciários. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 17, n. 3467, 28 dez. 2012. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/23335>. Acesso em: 6 out. 2019.

Gráfico 6: Despesa de investimento em relação à Receita Corrente Líquida segundo porte populacional – 2010-2017 (%)



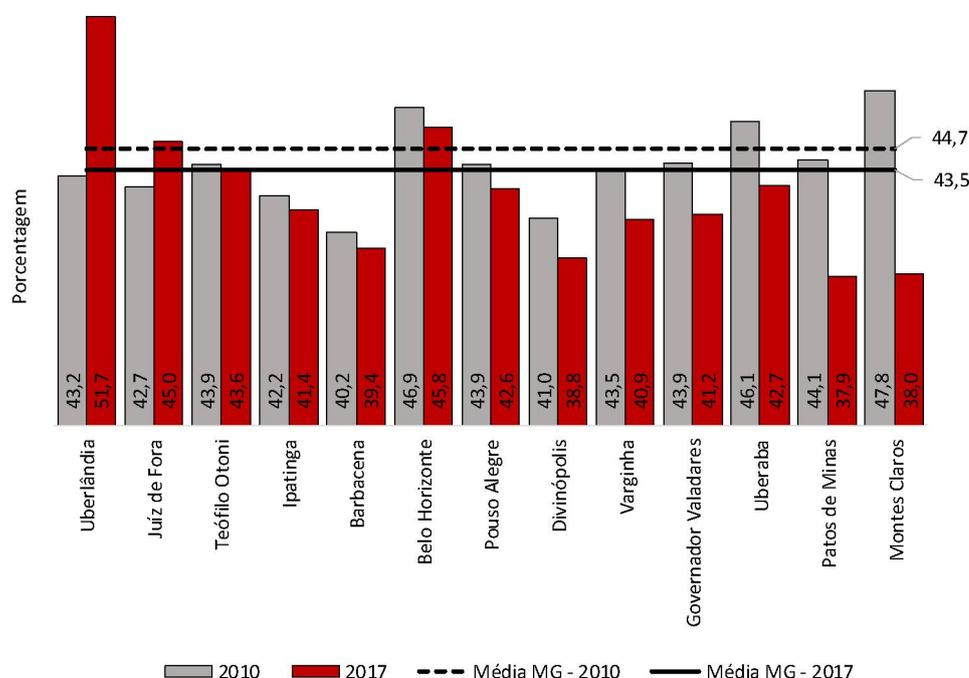
Fonte: FJP; elaboração própria.

Os grupos de municípios de porte até 5.000 habitantes, entre 5.001 e 10.000 e entre 20.001 e 50.000 registraram as quedas mais intensas (-8,9 p.p., -9,1 p.p. e -9,6 p.p., respectivamente) (Gráfico 6), sendo, portanto, os mais afetados.

A rubrica intitulada Outras Despesas Correntes (ODC) reflete o volume de recursos utilizados nos processos de funcionamento da máquina pública, como material de consumo, diárias de vigem, serviços de consultoria e contratação de serviços de terceiros, contribuições e auxílios variados, subvenções sociais e econômicas, entre outras.

O conjunto dos municípios mineiros registrou decréscimo na relação entre ODC e RCL da ordem de 1,2 p.p. (Gráfico 7).

Gráfico 7: Outras despesas correntes em relação à Receita Corrente Líquida segundo RGINT – 2010-2017 (%)

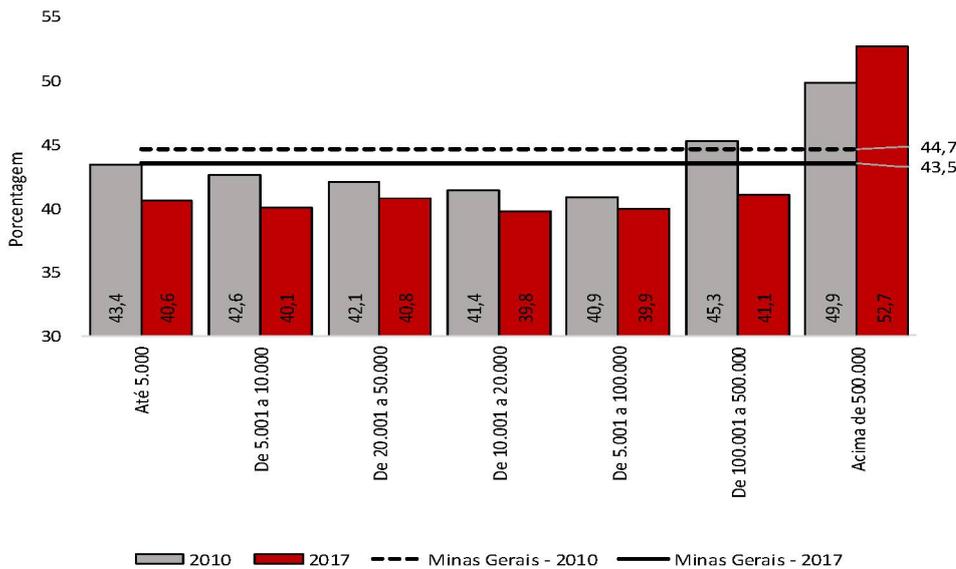


Fonte: FJP; elaboração própria.

Somente as RGINT Uberlândia e Juiz de Fora apresentaram aumento na referida relação (8,5 p.p. e 2,3 p.p., respectivamente). As três RGINT com variações negativas mais intensas foram Montes Claros (-9,8 p.p.), Patos de Minas (-6,2 p.p.) e Uberaba (-3,4 p.p.).

Essa realidade reflete como os governos estão mantendo a sua estrutura em funcionamento, fato que deve ser analisado com muita cautela, uma vez que estão incluídos nesses elementos de despesas atividades finalísticas como compra de medicamentos e livros didáticos.

Gráfico 8: Outras despesas correntes em relação à Receita Corrente Líquida segundo porte populacional – 2010-2017 (%)



Com o processo de descentralização das políticas públicas, não só as despesas com pessoal crescem, como tendem ao incremento também as despesas com custeio, fato esse que merece análise posterior mais detalhada.

Na abordagem de acordo com o porte municipal, pode-se destacar o grupo de municípios com população acima de 500 mil habitantes como o único que apresentou acréscimo na relação ODC/RCL (Gráfico 8).

Fonte: FJP; elaboração própria.

Expediente

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Presidente
Helger Marra Lopes
Vice-presidente
Monica Moreira Esteves Bernardi

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES

Eleonora Cruz Santos

Núcleo de Finanças Públicas

Reinaldo Carvalho de Moraes

Equipe Técnica

Isabella Virgínia Freire Biondini
Lúcio Otávio Seixas Barbosa

Gestão de Conteúdo

Glauber Flaviano Silveira
Lívia Cristina Rosa Cruz

Arte Gráfica

Bárbara Andrade

Informações para imprensa

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Telefone: (31) 3448-9580 / 3448-9588
E-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br
Alameda das Acácias, 70, bairro São Luiz, Pampulha.
CEP: 31275-150, Belo Horizonte, Minas Gerais

NÚCLEO DE FINANÇAS PÚBLICAS

reinaldo.morais@fjp.mg.gov.br

